

PLANO COLÔMBIA, NEOLIBERALISMO E NARCOTRÁFICO: uma estratégia imperialista dos Estados Unidos

*PLAN COLOMBIA, NEOLIBERALISM AND DRUG
TRAFFICKING: an imperialist strategy of the United
States*

*PLAN COLOMBIA, NEOLIBERALISMO Y
NARCOTRÁFICO: una estrategia imperialista de los
Estados Unidos*

Amanda Campos Medeiros¹

Ana Júlia Silveira Carvalho²

Maria Clara Martins Marinelli³

Milena Maria Ferreira⁴

Vinicius Oliveira da Silva⁵

Recebido em: 14 de dezembro de 2024

Aprovado em: 08 de setembro de 2025

1. Graduanda de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas (amandacamposmedeiros@gmail.com).

2. Graduanda de Relações Internacionais e Comércio Exterior pela Universidade de Ribeirão Preto, campus Ribeirão Preto (anajusilcar@gmail.com).

3. Graduanda de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas (mahclarammarinelli@gmail.com).

4. Graduanda de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas (milenamaria1804@gmail.com).

5. Graduando de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas (viniciusoliveira6384@gmail.com).

RESUMO

O artigo, por meio da revisão bibliográfica e da aplicação da teoria neomarxista, analisa o projeto neoliberal e a implementação do Plano Colômbia. O aumento da desigualdade devido às implementações de políticas liberais culminaram no aumento do narcotráfico durante a década de 90, e como consequência foi articulado o Plano Colômbia para sua contenção, implicitamente reforçando essas políticas. A hipótese infere que ambas as estratégias foram instrumentalizadas pelo imperialismo norte-americano, impelindo a Colômbia à estagnação econômica, recrudescendo sua posição dependente nas relações internacionais. Usando dos conceitos de fetichismo, imperialismo, divisão do trabalho e Sistema Mundo, elucida-se como estruturas de poder capitalista são reforçadas por estratégias das grandes potências.

Palavras-chave: Plano Colômbia. Imperialismo. Neoliberal. Divisão Internacional do Trabalho. Fetichismo da mercadoria. Sistema Mundo.

ABSTRACT

The article, through a bibliographic review and the application of neo-Marxist theory, analyzes the neoliberal project and the implementation of Plan Colombia. The increase in inequality due to the implementation of liberal policies culminated in the rise of drug trafficking during the 1990s, and as a consequence, Plan Colombia was articulated for its containment, implicitly reinforcing these policies. The hypothesis infers that both strategies were

instrumentalized by American imperialism, driving Colombia to economic stagnation, exacerbating its dependent position in international relations. Using the concepts of fetishism, imperialism, division of labor, and World-System, it elucidates how capitalist power structures are reinforced by strategies of the great powers.

Keywords: Plan Colombia. Imperialism. Neoliberal. International Division of Labor. Commodity Fetishism. World-System.

RESUMEN

El artículo, a través de la revisión bibliográfica y la aplicación de la teoría neomarxista, analiza el proyecto neoliberal y la implementación del Plan Colombia. El aumento de la desigualdad debido a la implementación de políticas liberales culminó en el aumento del narcotráfico durante la década de los 90, y como consecuencia se articuló el Plan Colombia para su contención, reforzando implícitamente estas políticas. La hipótesis infiere que ambas estrategias fueron instrumentalizadas por el imperialismo estadounidense, impulsando a Colombia a la estagnación económica, recrudesciendo su posición dependiente en las relaciones internacionales. Usando los conceptos de fetichismo, imperialismo, división del trabajo y Sistema Mundo, se elucida cómo las estructuras de poder capitalista son reforzadas por estrategias de las grandes potencias.

Palabras clave: Plan Colombia. Imperialismo. Neoliberal. División Internacional del Trabajo. Fetichismo de la mercancía. Sistema Mundo.

1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, a América Latina passava por um período de crise avassaladora com a insolvência da dívida externa, assistindo a decadência do investimento estrangeiro. Tal crise passou a preocupar a administração norte-americana, uma vez que diminuía a capacidade latino-americana de importação, dada sua estagnação econômica e inflação, cada vez mais evidenciando a possibilidade de inadimplência desses países. Assim, em 1989, o *Institute for International Economics*, com sede em Washington, promove uma conferência com países da América Latina a fim de criar

um receituário com medidas para a superação dessa crise. Foi instituído, então, o Consenso de Washington, documento formulado por propostas de reformas econômicas, que visavam a estabilização monetária por meio da rigidez orçamentária e o restabelecimento das leis neoliberais por parte de países latino-americanos (Bandeira, 2002).

A adoção dessas medidas não apenas reforçou a posição da Colômbia como periferia dentro da divisão internacional do trabalho, como também acentuou as desigualdades internas, sociais e econômicas, ao beneficiar o capital e empresas estrangeiras no mercado nacional. A estagnação do projeto desenvolvimentista colombiano gerou a deterioração do seu mercado de trabalho, aumentando o desemprego através da privatização de estatais, conduzindo o país à posição de primário exportador dentro do processo produtivo do sistema internacional capitalista. A deterioração do bem-estar social mediante a diminuição da interferência estatal involuntariamente impulsionou o narcotráfico no país (Padilla; Reyes, 2021).

O Plano Colômbia, um dos maiores esforços de cooperação militar e financeira entre os Estados Unidos e um país da América Latina, foi inicialmente apresentado como uma solução abrangente para os problemas de segurança e desenvolvimento da Colômbia. No entanto, a intervenção dos Estados Unidos através deste plano foi mais do que uma ajuda – representou uma estratégia deliberada para reforçar a sua influência na região, utilizando o combate ao narcotráfico como justificativa. A influência da potência norte-americana na América Latina tem sido historicamente marcada por intervenções diretas e indiretas, que visam moldar os processos políticos, econômicos e sociais da região (Padilla; Reyes, 2021).

No caso referido, essa influência se manifestou através do financiamento e da imposição de uma agenda que, sob o pretexto de combater o narcotráfico, acabou por fortalecer a presença militar e política dos Estados Unidos. Tal intervenção não só agravou os conflitos internos, mas também consolidou a dependência colombiana em relação aos recursos norte-americanos, firmando uma lógica imperialista (Crandall, 2008). Além disso, a intensidade do Plano Colômbia foi condicionado ao alinhamento com os interesses dos Estados Unidos – a administração colombiana devia manter as medidas neoliberais e permitir o estabelecimento de bases militares norte-americanas em seu território, o que evidencia a narrativa de dinâmicas de poder implícitas, onde o financiamento de planos po-

líticos e militares funciona como uma estratégia de fortalecimento da hegemonia e manutenção da relação de dependência centro-periferia, explicitada por Crandall (2008):

Quando Washington acreditava que o governo colombiano estava cooperando com a frente das drogas, as relações entre os dois países se fortaleciam e o governo colombiano recebia apoio; quando Washington acreditava que o governo colombiano não estava agindo de maneira apropriada, as relações rapidamente esfriavam. (Crandall, 2008, p. 2, tradução nossa)

Este trabalho propõe-se a investigar a implementação da Cartilha do Consenso de Washington e do Plano Colômbia, que representam um projeto neoliberal articulado pelos Estados Unidos, a partir da lente da teoria neomarxista que permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e do imperialismo na América Latina. Também será exposto e analisado as consequências dessas intervenções na soberania e no desenvolvimento do Estado colombiano. A hipótese do artigo infere que o Consenso de Washington, que impôs a abertura econômica colombiana, e o Plano Colômbia foram instrumentalizados pelo imperialismo norte-americano. O argumento ganha veracidade quando observa-se os efeitos na economia colombiana e a forma como a estrutura de poder internacional foi recrudescida através do aprofundamento da dependência em relação aos EUA.

2 (NEO)MARXISMO: fetichismo, divisão do trabalho e imperialismo

O marxismo teve sua origem com os escritos de Karl Marx, que buscava uma interpretação crítica do capitalismo, descrevendo-o como uma forma historicamente particular de organização social. Esta abordagem estuda este sistema caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pelo trabalho assalariado, através de uma perspectiva histórica materialista dialética. Ou seja, busca analisar a sociedade através das mudanças em seus modos de produção, que são capazes de moldar o caráter das instituições políticas e jurídicas, e a própria natureza das sociedades (Marx, 2013; Guimarães, 2021).

O autor introduz o conceito de “fetichismo da mercadoria”, um conceito rico que permite compreender as mudanças das relações sociais advindas do capitalismo, implicando em um processo

de “coisificação” da força de trabalho, concomitantemente, translocando o mercado para a posição de agente social. Este fenômeno, apontado pelo autor, ao mesmo tempo que aliena os trabalhadores sobre o valor de seu trabalho, devido ao salário que é pago independente do que é produzido, condiciona nas mãos dos donos dos modos de produção o poder de precificar as mercadorias, dando margem para a acumulação de capital. Uma parte fundamental para este processo de acumulação é a geração de excedentes, a qual será buscada através de uma crescente especificação do trabalho, ou seja, uma divisão social do trabalho (Marx, 2013).

Na sociedade capitalista, os trabalhadores se especificam cada vez mais nas suas funções, sendo enquadrados em uma parte de um grande processo produtivo, visando o aumento da eficiência, e culminando em um maior excedente. Esse processo é apontado pelo autor como a divisão social do trabalho, executando a função de fragmentação do processo produtivo para que seja cumprido o principal objetivo deste sistema: a acumulação de capital. A divisão do trabalho é uma variável que garante a existência de duas classes: dominados e dominantes. Ou seja, a compreensão do quadro posicional no processo produtivo fragmentado revela as relações de poder, onde aqueles com menos capital são submissos aqueles que possuem mais. Esse conceito é fundamental na geração de excedente para que se perpetue uma lógica acumulativa, onde a busca por lucros é incessante (Marx, 2013).

A dinâmica expansionista, enraizada na acumulação competitiva, transpassou as fronteiras domésticas e ultrapassou o espaço geográfico determinado pela autoridade política do Estado, o que levou à globalização do capitalismo, para compreensão desse novo contexto do século XX, ampliou a teoria marxista, inicialmente elaborada para entender a sociedade, para compreensão das implicações nas relações internacionais advindas do capitalismo. O autor introduz no marxismo o conceito de “imperialismo”, enquadrado como a fase superior do modo de produção capitalista decorrente da insustentabilidade deste sistema – acumulação de capital e busca por lucros infinitos vs. recursos para produção finitos. O aspecto competitivo deste modo de organização, assim como a busca incessante por lucros, levam inevitavelmente à expansão imperialista dos Estados centrais. A superprodução e o esgotamento das matérias-primas é inevitável dentro deste tipo de modo de produção (Barbosa; Oliveira; Lenin, 1979; Quintaneiro, 1988).

A economia capitalista internacional promove o desenvolvimento, mas de forma desigual e é intrinsecamente instável. A intensificação da competição econômica e política entre as potências capitalistas, ascendentes e declinantes, gera conflitos econômicos. Na contemporaneidade, fortemente marcado pela globalização do mercado financeiro, esse imperialismo passa a ser utilizado como uma ferramenta das grandes potências, através da instrumentalização do poder econômico, para gerar efeitos políticos em países menos desenvolvidos. Essa estrutura de dominação contribuiu para a internacionalização da luta de classes, devido à acentuação da desigualdade entre países pela divisão internacional do trabalho, consolidando uma linha divisória entre ricos e pobres no sistema internacional do fim do século XX (Gilpin, 2002).

Neste cenário, a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo buscam entender as relações de interdependência, entre centro e periferia, e a posição dos países do Terceiro Mundo no processo produtivo internacional. Essa abordagem contribui para o entendimento dos elementos estruturais do sistema capitalista, que são frequentemente fortalecidos e resgatados através de estratégias imperialistas das grandes potências, para perpetuação da pobreza e da condição de dependência da periferia (Marini, 2000).

2.1 A Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo

A teoria da dependência da década de 1960 surgiu no contexto latino-americano, devido a participação do capital estrangeiro nas economias periféricas, e, como o marxismo, reconhece a força dos atores internacionais e a expressão das grandes potências – como a hegemonia e o imperialismo (Machado, 1999). A partir dos anos 1990, passou a ser considerada uma teoria das Relações Internacionais, com foco nos movimentos de países em desenvolvimento em um sistema desigual, com cadência às potências avançadas econômica e militarmente (Hage, 2013). Um dos seus principais objetivos é questionar o motivo pelo qual alguns países não conseguiram se desenvolver economicamente da mesma forma que outros. Essa abordagem oferece uma explicação das razões sociais, econômicas e históricas que acarretam na manutenção da pobreza das periferias internacionais, através da análise das desigualdades entre as potências capitalistas e o Terceiro Mundo – a dicotomia centro-

-periferia, historicamente desenvolvida no sistema internacional, entendendo a pobreza como uma consequência política de um mecanismo de apropriação do excedente periférico, onde empresas transnacionais e o sistema financeiro especulativo operam na exploração (Hage, 2013; Machado, 1999).

Wallerstein parte da divisão internacional do trabalho para enunciar que a estrutura internacional divide o mundo em três partes hierárquicas: centro, periferia e semi-periferia (Sarfati, 2005). Nessa divisão, formada a partir do capitalismo ocidental, os países ocupam uma função na ordem produtiva, sendo os centrais responsáveis pela produção de alto valor agregado, os periféricos fabricantes de bens de baixo valor (commodities e matérias-primas), e os países da semiperiferia ocupam um papel intermediário, comportando-se ora como centro para a periferia, ora como periferia para o centro. Tal padrão de troca desigual cria uma relação de dependência entre os países periféricos com o centro, acentuando a diferença econômica, tornando os primeiros dependentes economicamente do segundo (Martins, 2015).

O conceito de sistema-mundo é definido como um sistema social (com limites, estruturas, grupos associados, regras e coerência) e abrange uma divisão funcional e geográfica do trabalho, dada em função da organização social da força produtiva, legitimando uma estrutura de exploração entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (Martins, 2015). Marini (2000) entende que a economia latino-americana é marcada por uma superexploração da força de trabalho e pela dependência econômica dos países centrais. Essa inserção na economia global implica em uma estagnação do desenvolvimento nacional devido a fatores estruturais que consolidam a dependência da periferia, condicionando-as à condição de exportadoras de commodities para alimentação do processo industrial-produtivo capitalista do centro (Lepinski; Barcat; Amorim, 2022). A dependência é definida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, ou seja, mesmo que ambos sejam soberanos, a periferia é refém dos interesses do centro, devido a limitações estruturalmente estabelecidas que impedem a “livre expansão da economia” para estes países, dentro da lógica vigente de liberdade de mercado (Duarte; Gracioli, 2007).

A consequência dessa integração subordinada é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados pelos países centrais, concomitante à perda de autonomia dos próprios recursos pela periferia, culminando na transferência do excedente produtivo da periferia para o centro – o desenvolvimento do centro capitalista é sustentado pela exploração dos países subdesenvolvidos (Duarte; Graciolli, 2007). Com os países periféricos dependentes dos investimentos dos centros hegemônicos para seu desenvolvimento, o processo produtivo dos primeiros é condicionado para atender a demanda dos segundos, implicando em um processo de industrialização voltada para a exportação de produtos agrícolas e matérias-primas, gerando o monopólio de mercadorias de alto valor agregado para elites capitalistas centrais (Amaral, 2006; Duarte; Graciolli, 2007). Esse sistema fica ainda mais evidente através da inserção da América Latina com uma oferta mundial de alimentos, que induziu a redução dos preços de produtos primários no mercado mundial, resultando em um intercâmbio desigual de mercadorias entre industrializados e não industrializados (Marini, 2000; Duarte; Graciolli, 2007).

Entender o Sistema Internacional pelo escopo dessa abordagem, nos condiciona a indagar como o capitalismo promove o desenvolvimento desproporcional, historicamente construindo um “Sistema Mundo” hierárquico, marcado pela divisão internacional do trabalho. Esse mecanismo torna a pobreza e a riqueza resultados políticos de uma estrutura de cooptação do excedente produtivo através de comportamentos imperialistas das elites internacionais. Essa estrutura alinha o desenvolvimento de regiões como a América Latina aos interesses de potências como os Estados Unidos, possibilitando a superexploração e a dominação indireta através do poder econômico dos países capitalistas centrais (Duarte, 2021; Marini, 2000; Sarfati, 2005).

3 CONSENSO DE WASHINGTON: institucionalização do neoliberalismo na Colômbia

Com o fim da Guerra Fria e a queda do império da URSS, a política externa dos EUA manteve seu foco em duas agendas: promoção de reformas neoliberais e o combate ao narco-

tráfico. Entretanto, as políticas que decorrem desses objetivos também transpassam uma hierarquia de prioridades para a distribuição de recursos e atenção. A conjuntura internacional era fortemente marcada pelos desafios da proliferação nuclear, pela busca de uma maior influência em regiões petrolíferas, conflito árabe-israelense, desestruturação do império soviético, e o terrorismo e criminalidade transacional. Dentro deste contexto, abria-se um debate sobre o papel dos EUA como uma liderança, e se a superpotência estaria disposta a arcar com os custos dos mecanismos de normatização da ordem regional (Herz, 2002).

Junto a isso, somava-se o período de crise que abalou a América Latina no final dos anos 1980, com estagnação econômica e altas taxas de inflação. Essa crise começou a afetar os interesses norte-americanos ao reduzir a capacidade de importação dos países latino-americanos, assim como seu compromisso com a dívida externa. Para tanto, em 1989, o *Institute for International Economics*⁶ promoveu uma conferência para formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para sua superação. O resultado foi o “Consenso de Washington”, uma cartilha com propostas que visavam a estabilização monetária e econômica através do ajuste fiscal e da adoção de políticas ortodoxas, em que o mercado desempenhasse o papel fundamental em detrimento da intervenção estatal na economia (Bandeira, 2002; Bresser-Pereira, 1991).

A adoção das medidas, que incluíam privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior, pelo países latino-americanos, era uma condição para que pudesse ser renegociada a dívida externa e receber qualquer recurso das instituições financeiras internacionais, sendo obrigados a sujeitar suas políticas econômicas e decisões de investimentos à fiscalização internacional. Concomitantemente, a liberalização do comércio exterior, promovida unilateralmente pelos países latino-americanos, e a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), possibilitaram aos EUA aumentar suas exportações

6. O *Institute for International Economics* foi criado em 1981, com recursos do German Marshall Funds e mantido com doações da Ford Foundation, William and Flora Hewlett Foundation e Alfred P. Sloan Foundation.

de mercadorias para os países da América Latina, sem a necessidade de negociar com seus governos e fazer outras concessões, tendo liberdade para a movimentação de bens e fatores de produção (Bandeira, 2002; Bresser-Pereira, 1991).

A adesão das medidas do Consenso de Washington pela Colômbia, internamente, significou a implementação de reformas neoliberais, desde a administração de Virgílio Barco Vargas (1986-1990), buscando a internacionalização da economia colombiana a partir da abertura comercial. A concorrência estrangeira, principalmente com empresas norte-americanas, junto da desestatização da economia na tentativa de conter a crise econômica no país, foram elementos propulsores do desemprego (Solarte, 2009). Ao promover o desmantelamento do Estado de bem-estar social e a desregulamentação tarifária, o governo privilegiava o interesse privado em detrimento da indústria nacional (Martínez-Álvarez, 2015).

O deterioro do mercado de trabalho é observado desde o início da abertura, onde a globalização condiciona países menos desenvolvidos a não se especializarem em produtos finais, mas em componentes do processo produtivo das mercadorias no comércio internacional, implicando em uma substituição maciça do emprego por matérias-primas e bens de capital (Solarte, 2009). A imposição do modelo neoliberal na Colômbia desde de seu início demonstrou efeitos nefastos para os trabalhadores e, durante a administração de César Gaviria Trujillo (1990-1994), essas reformas foram ainda mais aprofundadas e institucionalizadas, enterrando definitivamente o modelo de industrialização por substituição de importações (Martínez-Álvarez, 2015).

Os enfoques teóricos, derivados da Cartilha do Consenso de Washington, promovem as políticas econômicas acima das sociais, o que na prática, implica em um aumento da desigualdade social em prol de um ajuste econômico. O processo de reestruturação do Estado por meio de políticas de privatização, liberalização e desregulamentação, aumentaram exponencialmente o desemprego e a debilidade dos serviços públicos e instituições nacionais, simultaneamente evidenciando a tendência à criação de microempresas, ao trabalho autônomo e ao narcotráfico (Martínez-Álvarez, 2015). O aumento da criminalidade decorre da debilidade das instituições nacionais

e a quase inexistência de infraestruturas e serviços públicos, que restringem a ação política estatal, implicando a incapacidade de impor o primado da Lei, culminando na vulnerabilidade do Estado ao narcotráfico (Ângelo⁷; Flores⁸, 2007).

As reformas representaram a institucionalização dos processos de abertura, elas foram resultando na privatização, terceirização e precariedade que afetaram diretamente os trabalhadores colombianos (Maldonado, 2013). A racionalização dos gastos públicos levou à redução dos funcionários em aproximadamente 115.000 empregados demitidos de empresas estatais (Parrado, 2003). Com o objetivo de aumentar a eficiência da administração pública e minimizar o papel do Estado, foram implementadas diferentes reformas associadas à Constituição Política de 1991 da Colômbia, que legaliza a abertura comercial e facilita a imposição das medidas neoliberais no país. Uma das primeiras reformas foi a série de privatizações – transferência da gestão de instituições estatais para o setor privado – vistas como um meio necessário para sanear as finanças públicas (Maldonado, 2013). A consequência foi que, com a capacidade limitada da economia de absorver os trabalhadores, abriu espaço para a terceirização: diminuição de empregados no setor secundário e sua transição para o setor de serviços (Parrado, 2003).

O Programa de Ajuste Estrutural objetivava modificar a estrutura da economia colombiana. Iniciou-se com a abertura comercial para os fluxos internacionais de bens e capital, e foi substituído pela abertura estrutural através da aplicação de políticas econômicas. As barreiras do comércio internacional caíram e as tarifas de importação foram reduzidas, alterando a situação comercial do país e dos consumidores, evidenciando a falta de proteção ao comércio nacional. O Estado passa a regular e seguir as regras impostas pelo mercado, enquanto deixa de prover bens e serviços, de forma que, os financiamentos e os serviços públicos passam a ser compartilhados com o setor privado (Maldonado, 2013).

7. Victor Ângelo é um alto quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo desempenhado variadíssimas funções em África, Ásia e Nova Iorque; é atualmente o representante executivo do secretário-geral para a Serra Leoa.

8. Rui Flores é assessor político da ONU, na Serra Leoa, tendo experiência profissional na Guiné-Bissau e em Timor-Leste.

Na tentativa de atender a todas as esferas, foi proposta uma reforma para gerar bem-estar e desenvolvimento, culminando em um novo sistema de saúde e de previdência social, baseado em subsídios sob demanda. Contudo, revelou-se insuficiente para suprir a crise social que se intensificava. No aspecto das instituições educacionais, foi estabelecido um ensino gratuito, regulado, administrado e financiado pelo Estado, mas sujeito à competência de faculdades e universidades privadas. O resultado foi que, a criação de ensinos privados, levaram a deterioração da educação pública por meio de planos de ajuste fiscal – esse sistema visa educar os trabalhadores para que sejam úteis a ele. A Reforma Agrária neste contexto, foi um pilar fundamental para o verdadeiro crescimento da Colômbia, já que alcançaria uma demanda social devido ao caráter latifundiário do país – onde grandes quantidades de terra pertencem a apenas algumas famílias. Entretanto, essa elite nacional colombiana, detentora de influência política, torna-se um impedimento à sua implementação, barrando a redistribuição e garantindo que a estrutura de desigualdade social interna se mantenha (Maldonado, 2013).

O projeto neoliberal da década de 1990 representou a deterioração do bem estar-social de uma grande parcela da população, promovendo uma ampliação da desigualdade econômica e diminuição do papel estatal na sociedade nos países subdesenvolvidos. Na Colômbia, se observa concomitantemente ao processo, um aumento dos cultivos de coca, chegando ao seu ápice durante a década. Isso levou os governos colombiano e estadunidense a articularem uma estratégia antidrogas, o Plano Colômbia. Esse projeto tinha dois objetivos: reduzir em 50% a produção de drogas ilegais e restaurar a soberania doméstica do governo perante os grupos armados. O financiamento do Plano Colômbia foi aplicado principalmente no fortalecimento das Forças Armadas para o combate aos grupos insurgentes, tendo o capital externo como principal financiador de políticas para controle da crise interna (Departamento Nacional de Planeación, 2006a; Martínez-Álvarez, 2015; Padilla; Reyes, 2021).

4 PLANO COLÔMBIA: “Desenvolvimento, paz e prosperidade” e alinhamento

As iniciativas da administração de Bush (1989-1993), assim como as duas de Bill Clinton (1993-2001) que o sucede, buscaram estreitar os laços econômicos entre os EUA e América Latina, havendo um translado de uma política coerciva e ideológica para uma perspectiva que enfatiza a cooperação, maiores investimentos e comércio. A região andina passa a ser significativa aos EUA para a alocação de recursos de planejamento estratégico, sendo rica em recursos minerais como petróleo, gás natural, ouro e prata, fundamentais para a economia global (Herz, 2002). O narcotráfico na região não foi exclusividade da década de 1990, sinalizando o aumento das atividades ilícitas desde de 1970, onde cerca de 14 a 19 toneladas de maconha e heroína que entravam em território estadunidense eram provenientes da região. Em 1980, esse número já representa 50 toneladas, com cerca de 22 milhões de consumidores nos EUA (Padilla; Reyes, 2021).

O tráfico de drogas colombiano, inicialmente, se apresenta como uma atividade criminosa típica dos chamados “cartéis”, e uma vez que estes foram desmantelados, passou a ser uma atividade de grupos fora da lei. À partir da década de 1980, se tem a incursão das chamadas guerrilhas⁹ no narcotráfico, quando as FARC-EP¹⁰ passam a controlar os cultivos ilícitos, os centros de processamento clandestinos, assim como taxar narcotraficantes para financiamento de sua luta armada. Essa organização também facilitava o trânsito de drogas para os EUA, gerando um aumento considerável do fluxo de cocaína entre os dois países. A crescente disputa pelo controle do narcotráfico internacional contribuiu

9. A guerrilha é um tipo de guerra caracterizada pelo uso de táticas de combate não convencionais. Em vez de confrontos diretos e grandes batalhas, os guerrilheiros utilizam emboscadas, sabotagens e ataques surpresa para desgastar o inimigo.

10. “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo”: ideologicamente instituída a partir dos anos de 1940, como uma guerrilha marxista-leninista, fruto de um período conhecido como “La violência” que eclodiu devido a influência norte-americana no combate entre liberais e conservadores pela administração do País. Caracterizou-se inicialmente como uma organização, instruída pelo Partido Comunista Colombiano (PCC), dos camponeses e trabalhadores para resistir a violência desenfreada no país, e mesmo após o fim da crise e a monopolização do poder pelos dois partidos as guerrilhas não se desmobilizam militarmente culminando na criação de zonas de “colonização armada” ou regiões de autodefesa, sinalizando a contraposição entre o governo nacional e as FARC-EP. Para saber mais acesse: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/283>.

para a intensificação dos conflitos armados na Colômbia, entre guerrilhas e cartéis, recrudescendo a instabilidade doméstica e a impotência do governo colombiano em manter seu controle sobre o território, que passavam a estar sob comando de grupos armados ilegais (Padilla; Reyes, 2021).

Devido a cerca de 80% da cocaína que chega aos Estados Unidos derivar do país e fragilidade do Estado colombiano, a administração de Bill Clinton visou o apoio militar e econômico para a erradicação da produção/vendas de drogas e combate aos grupos insurgentes (Herz, 2002). Com esta conjuntura nacional da Colômbia e a política externa dos Estados Unidos entendendo a criminalidade transnacional como um problema de segurança, foi apresentado, em 1999, o Plano Colômbia: uma série de investimentos majoritariamente norte-americanos. O plano assinado por ambos os governos considerava, na teoria, políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social colombiano, buscando formas de desenvolvimento interno do país para sua inserção no Sistema Internacional, através do resgate de um Estado de bem-estar social que fora comprometido pela liberalização econômica (Santos, 2011).

O Plano Colômbia era entendido pelo Estado alvo como um plano para a paz, a prosperidade e fortalecimento, tendo como intenção para além da contenção dos grupos insurgentes e do narcotráfico, a retomada da estabilidade econômica do país e sua reinserção no mercado internacional para o desenvolvimento. O fortalecimento da economia, do sistema de saúde, do pleno acesso à educação e a consciência social das decisões do Estado, e a manutenção do estado de direito eram postas como seus objetivos. Além disso, mesmo com o consentimento do governo vigente, a aplicação dessa estratégia foi debatida apenas na esfera intergovernamental, ignorando a relevância da sociedade civil colombiana, que seria afetada por seus desdobramentos. (Rippel, 2006; Santos, 2006; Departamento Nacional de Planeación, 2006a). Em 2000, o Congresso dos Estados Unidos aprovou um investimento inicial de US\$1,32 bilhões e, assim, o Plano Colômbia foi implementado. A estimativa de gastos era de US\$7,5 bilhões em 2002, dos quais US\$4 bilhões seriam arrecadados por meio de empréstimos internacionais, com expectativa de privatização de empresas estatais e recuperação econômica para atrair capital (Lucero, 2011).

Os gastos foram divididos em três objetivos: a luta contra o narcotráfico, a reascensão econômica e social e o fortalecimento

das instituições do país. Tais princípios já tinham sido antecipados por Andrés Pastrana, que priorizava a construção da paz por meio de negociação com os grupos guerrilheiros, e pretendia substituir a produção de cocaína e papoula por atividades econômicas alternativas para melhorar as condições de vida das populações. No governo de Álvaro Uribe (2002-2010), uma abordagem mais incisiva na contenção do narcotráfico foi adotada, através da mobilização militar e policial, evidenciando o explícito combate (Departamento Nacional de Planeación, 2006b; Rippel, 2006). Mesmo o projeto sendo apresentado como uma proposta da paz, prosperidade e de fortalecimento do Estado, articulado na bilateralidade entre os dois países, em substância representou uma manifestação da política externa dos Estados Unidos, na forma de assistência internacional, e não uma alternativa para resolver a crise do país (Maldonado, 2013).

Na prática, foca no combate do abastecimento do narcotráfico nos cultivos ilícitos, ignorando as responsabilidades a nível interno das classes políticas e econômicas no desenvolvimento e a natureza internacional deste problema (combater a demanda interna pela cocaína nos EUA, e não apenas a oferta na Colômbia). O intervencionismo norte-americano tem em foco o combate aos produtores primários para eliminação dos campos de coca, e menos ao combate dos traficantes que são responsáveis pelas estruturas do financiamento internacional do narcotráfico (Maldonado, 2013). O investimento norte-americano era condicionado à manutenção das medidas neoliberais adotadas durante a década de 1990, gerando impactos econômicos e sociais profundos. Isso se observa com a oscilação do envio de capital mediante oscilações na subordinação do governo aos interesses dos EUA (Crandall, 2008). No governo de Álvaro Uribe, houve um direcionamento para o Plano Colômbia, tendo foco na problemática do tráfico de drogas, e não mais para as políticas de contenção e erradicação das raízes do problema (Godoy, 2003; Departamento Nacional de Planeación, 2006b). Assim sendo, o relatório do United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) de 2008, evidencia a partir do Gráfico 1, a redução da violência junto à diminuição do cultivo de coca no país, resultados provenientes das políticas apresentadas pelo governo associadas ao Plano Colômbia, desde sua implementação em 2000.

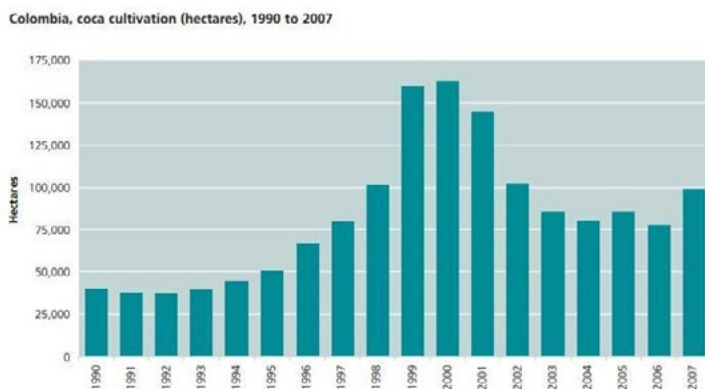
Gráfico 1 – Milhares de hectares de coca e homicídios por 100.000



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime, 2008

O Plano Colômbia gerou uma mudança na segurança interna, relacionada à diminuição dos níveis de violência vinculados ao narcotráfico dentro do país. Em contrapartida, a partir de 2007, houve um aumento nos cultivos de coca evidenciando um retrocesso nas políticas adotadas. A estratégia falhou em solucionar as causas estruturais da cultura do narcotráfico, como suas raízes históricas, a desigualdade, a falta de oportunidades, e a pobreza do país, contribuindo para que o problema retornasse, mesmo que gradualmente, como se observa no gráfico 2. A militarização do conflito contribuiu para o alargamento do tráfico de drogas e da violência na Colômbia, uma vez que levou ao crescimento da indústria bélica e do “mercado de violências” (Caixeta, 2018).

Gráfico 2 – Colômbia, cultivo de coca (hectares), 1990 a 2007



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime, 2008

No setor econômico, em 1998, a Colômbia encontrava-se na pior recessão de sua história, que reduziu seu PIB, na ordem de US\$116.699, para US\$97.577 no ano de 2001, bem como a taxa de crescimento anual do PIB, que passou de 0,6% em 1998, para -4,2% em 1999 (CEPAL, 2024; World Bank Group, 2024). Ao mesmo passo, a taxa de inflação, medida pelo deflator do PIB, alcança seu ápice nos anos 1990, com 52,3%, e se mantém alta durante toda a década, até 2000, que atinge 33,7% e começa a apresentar um índice de queda (World Bank Group, 2024). A mudança na visão dos resultados do Plano Colômbia é nítida desde 2007, com a vitória dos democratas para o Congresso dos EUA, alterando os rumos das relações comerciais com a América Latina. Ao adotarem uma política protecionista devido a crise interna da bolha imobiliária de 2007, houve uma redução dos investimentos na Colômbia, o que dificultou a permanência dos resultados propostos (Santos, 2010, Departamento Nacional de Planeación, 2006b).

5 ANÁLISE DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO NA COLÔMBIA

A condição de subdesenvolvimento da Colômbia é um elemento fundamental para a manutenção da estrutura do Sistema Mundo. A hierarquização dos Estados dentro de uma divisão internacional do trabalho é necessária para cooptação de excedentes da periferia pelo centro capitalista. A instrumentalização do Consen-

so de Washington pelos EUA, retoricamente visando sanar a crise econômica do país latino-americano, coercivamente impõe uma abertura econômica e desestatização que ignoram os fatores sociais e estruturais da sociedade. Como consequência inevitável, o interesse privado e o capital externo são privilegiados em detrimento do bem-estar social e do projeto nacional desenvolvimentista. O narcotráfico, já existente antes da década de 90, ganha força devido às reformas neoliberais que geraram um “exército de trabalhadores reservas”, ou seja, desempregados que são impelidos ao trabalho informal (Duarte, 2021; Martínez-Álvarez, 2015; Ângelo; Flores, 2007; Padilla; Reyes, 2021; Martins, 2015).

Essa conjuntura permitiu a livre circulação do capital estrangeiro e garantiu a estagnação do desenvolvimento colombiano. Assim, as empresas privadas, majoritariamente norte-americanas, tiveram o controle político e econômico do mercado, enquanto a indústria nacional era condicionada à exportação de produtos primários. Este mecanismo permitiu que o excedente produzido no país fosse translocado para o centro capitalista, caracterizando uma retroalimentação em um sistema de intercâmbio desigual. Ou seja, a indústria primário-exportadora colombiana alimenta a indústria tecnológica norte-americana, como consequência, o segundo possui o monopólio das mercadorias de alto valor agregado, enquanto o primeiro é subordinado à superexploração da divisão internacional do trabalho (Hage, 2013; Machado, 1999; Solarte, 2009; Crandall, 2008; Marini, 2000).

O aumento do narcotráfico foi um efeito colateral desse imperialismo capitalista, evidenciando o aumento da crise interna no país e tornando necessário sua contenção. O Plano Colômbia, articulado entre os dois governos, mesmo que retoricamente tinha dentre suas metas o “desenvolvimento” do país, não buscou sanar as raízes estruturais da crise, mas o resguardo dos interesses das elites capitalistas na prerrogativa de combate ao narcotráfico. Após sua implementação, os financiamentos norte-americanos foram condicionados ao alinhamento da Colômbia com os interesses dos EUA, evidenciando essa relação de subordinação. A manutenção das reformas neoliberais representou uma condição implícita no Plano Colômbia, reiterando a hipótese de que, como um desdobramento de uma crise criada pela própria conduta imperial capitalista dos EUA, a resolução dos problemas estruturais que enquadram a Colômbia na lógica de dependência centro-periferia não esteve em

seu escopo (Departamento Nacional de Planeación, 2006b; Martínez-Álvarez, 2015; Lenin, 1979).

O plano é o desdobramento de uma estratégia abrangente de dominação imperialista norte-americana na região andina, para projeção de seus interesses e abafar fenômenos de resistência ao projeto neoliberal. A recuperação da economia por meio do ajuste fiscal, que implicou no aumento das receitas da nação e redução dos gastos públicos, e a reforma estrutural no sistema de transferência de recursos para descentralização da administração estatal, enfatiza a base econômica liberal preponderante da estratégia, direcionada para a unificação das políticas neoliberais e a estabilidade macroeconômica na esfera monetária e cambial, seguindo as instruções dos bancos multilaterais (Maldonado, 2013).

Em suma, tanto o Consenso de Washington quanto o Plano Colômbia foram instrumentos do imperialismo norte-americano que reiteraram a posição de periferia e subdesenvolvimento colombiano. O neoliberalismo gerou a deterioração do mercado nacional, assim como a estagnação do desenvolvimento industrial do país, permitindo que os produtos estrangeiros entrassem no mercado sem barreiras tarifárias e com vantagens competitivas, para maximização de lucros do centro através da exploração da economia periférica. O aumento do narcotráfico, assim como sua contenção, representaram um efeito colateral desse mecanismo de superexploração, com o Plano Colômbia não objetivando a resolução de problemas estruturais. Sua negligência destes aspectos ficam posteriormente evidentes com o aumento que se observa dos cultivos de coca em 2007, após o fim do plano, o que revelou que a assistência internacional norte-americana se restringiu à garantia de que os interesses da potência fossem atendidos (Lenin, 1979; United Nations Office on Drugs and Crime, 2008; Padilla; Reyes, 2021; Duarte, 2021)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstra que as reformas neoliberais, impostas pelos Estados Unidos e promovidas através da Cartilha do Consenso de Washington, contribuíram para o fortalecimento do narcotráfico, tornando-o uma atividade economicamente viável para uma parcela marginalizada da população colombiana. A im-

plementação do Plano Colômbia, seu desdobramento, negligenciou as raízes sociais, históricas e estruturais do problema, limitando-se a medidas que assegurassem o alinhamento da Colômbia aos interesses norte-americanos. Portanto, quando se observa o aumento do narcotráfico pós Plano Colômbia, revela-se que a situação de dependência e pobreza do país não obteve avanço significativo, mas sim aprofundada pela manutenção de medidas neoliberais.

Por fim, entende-se que ambas as estratégias políticas, mesmo que sob uma retórica bem intencionada, aprofundaram a posição periférica da Colômbia na divisão internacional do trabalho. Os efeitos nefastos do imperialismo norte-americano ecoam na economia colombiana até os dias atuais, e o retorno da criminalidade sinaliza que os interesses capitalistas da potência foram privilegiados e preservados, em detrimento de sanar os obstáculos estruturais para o desenvolvimento e estabilidade interna duradoura. A análise demonstra como estratégias imperialistas sustentam a posição periférica dos países subdesenvolvidos, que sob uma retórica de promoção da liberdade, democracia e bem-estar social, reproduzem estruturas de superexploração.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006
- ANGELO, Victor; FLORES, Rui. **A mistura explosiva da expansão demográfica, desemprego e narcotráfico na África Ocidental**. IPRI working paper, 2007.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, p. 135-146, 2002.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Gardênia Monteiro de;
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. 2.ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 159 p.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Editora Zahar, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina**: Consenso de Washington ou crise fiscal?. Pesquisa e planejamento econômico, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.
- CAIXETA, T. C.; MENDONÇA, FAP. **O narcotráfico na Colômbia e a implementação do Plano Colômbia no início dos anos 2000**. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. In: **Producto interno bruto (PIB) total anual a precios corrientes en dólares**. [S. l.], 2024. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

CRANDALL, Russell. **Driven by Drugs**: US Policy Toward Colombia. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2002.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Balance Plan Colombia 1999 – 2005**. Presidencia de la República, 2006a. Disponível em: https://colaboracion.dnp.gov.co/cdt/sinergia/documentos/plan_colombia_boletin_180216.pdf

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010**. Presidencia de la República, 2006b. Disponível em: Microsoft Word – LEY PND 2006 – 2010 arreglada

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **Teoria marxista da dependência**: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. Nova Economia, v. 31, n. 01, p. 131-156, 2021.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. **A teoria da dependência**: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007.

GILPIN, Robert. **A economia política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GODOY, Horácio. **Plan Colombia's Strategic Weaknesses**. Bogotá, 2003.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Teoria das relações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 out. 2024.

HAGE, José Alexandre Althahyde. A teoria da dependência: uma contribuição aos estudos de Relações Internacionais. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 1, p. 106-136, 2013.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**, v. 16, p. 85-104, 2002.

PADILLA, Adelaida María; ROJAS REYES, Cristian. **Estrategias contra el narcotráfico en Colombia en el marco del acuerdo de paz**. Análisis político, v. 34, n. 103, p. 92-110, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.15446/anpol.v34n103.101496>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

LENIN, VI. **Imperialismo**: Fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LEPINSKI, William; BARCAT, Iuri Michelan; AMORIM, Mário Lopes; PINTO, Geraldo Augusto. **Teoria, Dependência e uma Práxis Latino Americana**: A atualidade do pensamento de Ruy Marini à crítica da globalização capitalista. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, [s. l.], p. 403-423, 20 abr. 2022.

LUCERO, Tiago Leonardo. FARC: uma nova perspectiva do movimento em vista do Plano Colômbia. **Cadernos de Direito**, v. 11, n. 21, p. 53-64, 2011.

MACHADO, L. T. **A Teoria da Dependência na América Latina. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Apr. 1999.

MALDONADO, Omar Alfonso Ochoa. Plan Colombia: una lectura retrospectiva. **Panorama**, v. 7, n. 12, p. 9-22, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**: Uma Antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTÍNEZ-ÁLVAREZ, John Jairo. Impacto de las reformas económicas neoliberales en Colombia desde 1990. **Vestigium Ire**, v. 8, n. 1, p. 78-91, 2015.

MARTINS, José Ricardo. **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo**: uma teoria ainda atual?. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, v. 3, n. 5, p. 95-108, 2015.

MARX, Karl. Introdução [à crítica da economia política]. In: **Os pensadores (Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos)**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.103-125.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. **Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Endere. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARRADO, Luis Alonso Velasco. Deuda externa, flexibilidad laboral y violencia en Colombia. **Nueva Sociedad**, v. 184, p. 150, 2003.

RIPPEL, Marcio Pereira. O Plano Colômbia como instrumento da política norte americana para a América Latina e suas consequências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 7, p. 83, 2006.

SANTOS, Marcelo. **O Conflito Colombiano e o Plano Colômbia**. In: SENHORAS, E. M.; CAMARGO, J. F. (Orgs). *Coleção Relações Internacionais*, Boa Vista: 23 Editora, UFRR, vol. 3, 2011.

SANTOS, Marcelo. **O Plano Colômbia e o Primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006)**. Cena Internacional, 2006.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional** (Impresso), v. 53, p. 67-88, 2010.

SARFATI, G. **Teorias das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOLARTE, Roberto. Colômbia: simetrias violentas e alternativas que emergem da memória. **Cuadernos Bakeaz**, v. 92, 2009.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report**. Washington:

UNODC, 2008.

WORLD BANK GROUP, GDP. **Growth (annual %) – Colombia**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CO>>. Acesso em: 09 nov. 2024.